

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0606.01/2022

OBJETO:

1.1. SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

a) A presente aquisição justifica-se na necessidade de manter o efetivo funcionamento dos serviços administrativos do Desporto municipal, incentivando os jovens do Município com competições esportivas, projetos em Escolas Municipais, Campeonatos Municipais Tradicionais nos meses de férias e incentivo ao desporto na Área Rural deste município.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA ENQUADRAMENTO PARA MODALIDADE PREGÃO ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens de que trata a Decreto Federal nº. 10.024. de 20 de setembro de 2019, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.
- 3.2. Os bens, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
- 3.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a presente aquisição justifica-se na necessidade de contratações frequentes do objeto, sendo sua entrega realizada de forma parcelada. logo, o presente enquadra-se no pressuposto legal do art. 3º do Decreto Federal Nº 7.892/13 e Decreto Municipal nº 11/2019 de 03 de abril de 2019.

4. DA JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO POR LOTE:

- 4.1 JUSTIFICA-SE tal critério de julgamento e adjudicação por LOTE devido as seguintes particularidades:
- 4.2 Buscou-se evitar o aumento do número de fornecedores, com o intuito de preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos do fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores;
- 4.3 Procurou-se lidar com um único fornecedor por lote diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação;
- 4.4. Diante do aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de Aquisição. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública;
- 4.5. Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si" Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara TCU;
- 4.6. A adoção da adjudicação do por LOTE por grupo/lote, demonstra-se ser mais vantajoso dessa escolha comparativamente ao critério usualmente requerido de adjudicação por Menor Preço POR LOTE, em cumprimento às disposições dos arts. 3°, § 1°, inciso I, 15, inciso IV, e 23, § 1° e 2°, todos da Lei n. 8.666/1993;
- 4.7. Foi efetuado o agrupamento dos itens por lote, visando dotar de maior celer dade e eficiência as várias etapas procedimentais relativas à licitação, formalização e fiscalização dos







futuros contratos bem como a aquisição e recebimento dos gêneros e controles dos processuais, com reflexos na economia processual e financeira, além de proporcionar uma maior atratividade para as empresas participantes da licitação.

5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO:

- 5.1. DAS ORDENS DE COMPRA/FORNECIMENTO: O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, que serão de forma fornecimento parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da(s) Secretaria(s) Gestora(s).
- 5.1.1. A ordem de compra/autorização de fornecimento emitida conterá o produto pretendido e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do registro no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou do próprio Pregão Eletrônico.
- 5.1.2. Observadas as determinações e orientações constantes da ordem de compra/autorização de fornecimento, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos bens.
- 5.1.3. O aceite dos bens pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo I deste Edital quanto aos produtos entregues.
- 5.1.4. Poderão ser firmados contratos decorrentes do Pregão Eletrônico, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei n.º 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.
- 5.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Os itens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, obedecendo a um cronograma de entrega, a partir das características que se apresentam nos quantitativos discriminados na ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO pela administração, no local, dia e horário estabelecidos pela Unidade Gestora. no almoxarifado central do Município de São Luís do Curu-CE.
- 5.2.1. Para os produtos objeto deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de São Luís do Curu CE, com endereço: Rua Rochael Moreira, s/n, Centro, São Luís do Curu CE.
- 5.2.2. No caso de constatação da inadequação dos itens fornecidos às normas e exigências especificadas neste Edital e na Carta Proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.
- 5.2.3. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.
- 5.3. Os itens licitados deverão ser entregues, observando rigorosamente as condições contidas no Termo de referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua Carta Proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:
- a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do fornecimento em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzir do essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do fornecedor deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;





- S FIS. 167 S
- d) aceitar, nas mesmas condições do registro de preços, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do registro, na forma do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;
- e) a entrega dos produtos deverá ser efetuada de forma a não comprometer o funcionamento do fornecimento, e deverá cumprir o cronograma expedidos pela Secretaria do Município de São Luís do Curu CE.

6. DA QUALIDADE DOS ITENS:

- 6.1 Os itens devem ser:
- a) De alta qualidade, com excelente acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias;
- b) De excelente resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;
- c) Entregues acondicionados, sempre que possível, em embalagens lacradas individualmente, identificados, e em perfeitas condições de armazenagem quando necessário.

7. QUADRO COM A RELAÇÃO DOS LOTES:

DE ACORDO COM ANEXO;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 Fornecer o objeto deste termo de referência, na ordem de fornecimento, isentos de defeitos de fabricação:
- 8.2 Responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo exclusivamente a responsabilidade por todas as despesas relativas à entrega do objeto, inclusive o frete;
- 8.3 Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência de qualquer evento (problemas de transporte, defeito de fabricação ou de armazenagem, reprovado pela CONTRATANTE, e outros), providenciando sua substituição, quando for o caso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, improrrogáveis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 8.4 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de São Luis do Curu;
- 8.5 Manter a garantia e qualidade dos itens de acordo com as especificações definidas no Edital e seus anexos e o contrato;
- 8.6 Manter as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no edital do pregão;
- 8.7 Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custo necessários ao cumprimento do objeto;
- 8.8 É de total responsabilidade da empresa vencedora informar a administração pública cualquer mudança que houver na situação cadastral (CNPJ) da empresa, para após comprovação de regularidade, a devida efetivação do pagamento;
- 8.9 Fornecer junto com o material as notas fiscais acompanhadas da Certidão Negativa da Seguridade Social (INSS), e Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) devidamente atualizada.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 9.1 Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto deste credenciamento dentro das especificações;
- 9.2 Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;
- 9.3 Proporcionar todas as facilidades visando à boa execução do objeto do contrato;
- 9.4 Manter preposto, formalmente designado pela secretaria, para fiscalizar o Contrato.







10. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

10.1 Os itens serão recebidos: Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta; definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

10.1.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

São Luís do Curu - CE, 08 de junho de 2022.





Ceará Governo Municipal de São Luis do Curu

0003 024068

ANEXO I Licitação Nº PE 0806.01/2022

Pag.:

:e	Descrição		Qtd	Unidade	Preço tota
	LOTE		1	UNIDADE	
Seq	Código	Descrição		Qtd Unidade	
0001	024057	BOLA BASQUETEBOL - ADULTO OFICIAL/MASCULINO BOLA BASQUETEBOL / BOLA DE BASQUETE ADULTO OFICIAL, TAMANHO MASC MATRIZADA. CONFECCIONADA, EM BORRACHA COM SELO DA CONFEDER BRASILEIRA DE BASQUETE (CBB).		25,0000 UNIDADE	
0002	2 024058	BOLA BASQUETEBOL - OFICIAL/TAMANHO FEMININO BOLA BASQUETEBOL / BOLA DE BASQUETE OFICIAL 6.5, TAMANHO FEM MATRIZADA, CONFECCIONADA COM MICROFIBRA, COM SELO DA CONFEDER BRASILEIRA DE BASQUETE (CBB).		10,0000 UNIDADE	
0003	3 024059	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO - TERMOTEC BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO TERMOTEC, CONFECCIONADA EM PU, CA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, QUALIDADE SIM APROVADA PELA FEDERAÇÃO ESTADUAL	ÂMERA ILAR A	100,0000 UNIDADE	
0004	1 024061	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY - ADULTO BOLA FUTEBOL / BOLA DE FUTEBOL SOCIETY ADULTO OFICIAL, CONFECCIONA LAMINADO PU ULTRA PRO, TERMOTEC, 14 GOMOS, PESO 425-450G, CIRC. 66 CÂMARA AIRBILITY 6D, MIOLO REMOVÍVEL CAPSULAS SIS.	DO EM -69CM,	100,0000 UNIDADE	
000	5 024060	BOLA DE FUTSAL - TERMOTEC BOLA DE FUTSAL TERMOTEC, PU, 11 GOMOS, CÂMERA AIRBILITY, MIOLO SLIP S REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, APROVADA PELA FEDERAÇÃO. QUALIDADE SIM APROVADA PELA FIFA E FEDERAÇÃO ESTADUAL		100,0000 UNIDADE	, , , ,
0006	6 024062	BOLA VOLEIBOL - VOLEI ADULTO OFICIAL BOLA VOLEIBOL / BOLA PARA VOLEI ADULTO OFICIAL, MATRIZADA, COM 18 G CONFECCIONADA COM PU, COM 65-67CM DE DIAMETRO E PESO DE 26G APROVADA PELA CONFEDERACAO BRASILEIRA DE VOLEIBOL (CBV).		10,0000 UNIDADE	
	LOTE II		1	UNIDADE	
Seq	Código	Descrição		Qtd Unidade	:
000	1 024067	CHUTEIRA DE CAMPO - MATERIAL SINTÉTICO CHUTEIRA DE CAMPO/ EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE E COM SOLA TRAVAS FIXAS, CLÁSSICA, NACIONAL. (CORES VARIADAS).	DO DE	150,0000 UNIDADE	
000	2 024172	CHUTEIRA DE FUTSAL/SOCIETY (PAR) CHUTEIRA DE FUTSAL/SOCIETY / EM MATERIAL SINTÉTICO RESISTENTE, COM S RESISTENTE / TRAVAS SOUETY, CLÁSSICA. NACIONAL. (CORES VARIADAS).	OLADO	150,0000 UNIDADE	
	LOTE III		1	UNIDADE	
Seq	Código	Descrição		Qtd Unidade	
000	1 024065	CAMISA MANGA CURTA, CONFECCIONADAS EM COMFORT I CAMISA MANGA CURTA, CONFECCIONADAS EM COMFORT MESCLA /, COR BRAN COLORIDA, GOLA BRANCA OU GOLA DE VIÉS COM REFORÇO, IMPR PERSONALIZADOS EM SUBLIMAÇÃO TOTAL, E FORMATO A SER DEFINIDO DE AC COM A NECESSIDADE DE CADA ÉVENTO, TAMANHOS PP, P, M, G E GG.	VCA OU RESSÃO	A 100,0000 UNIDADE	
000	2 024066	CAMISA MANGA CURTA, CONFECCIONADAS EM POLIESTER CAMISA MANGA CURTA, CONFECCIONADAS EM POLIESTER, COR BRAN COLORIDA, GOLA BRANCA OU GOLA DE VIÉS COM REFORÇO, IMPR PERSONALIZADA EM SUBLIMAÇÃO TOTAL E FORMATO A SER DEFINIDO DE A COM A NECESSIDADE DE CADA EVENTO, TAMANHOS FP, P. M. G E GG	CA OU RESSÃO	100,0000 UNIDADE	<u>.</u>

COLETE ESPORTIVO VASADO DUPLA FACE COM DOIS TECIDOS E COLETE ESPORTIVO VASADO DUPLA FACE COM DOIS TECIDOS E CORES DIFERENTES/

200,0000 UNIDADE



Rubrica

Pag.:

Ceará

ANEXO I

Governo Municipal de São Luis do Curu Licitação Nº PE 0806.01/2022 Qtd Unidade Preço total Lote Descrição 3 LOTE III UNIDADE Qtd Unidade Sea Código Descrição COLETE EM MALHA, 100% POLIESTER, VASADO, CORES E TAMANHOS VARIADOS. LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU, APLICADO EM SILKSCREEN. TODO MATERIAL TERÁ APLICAÇÃO DE SUBLIMAÇÃO FRENTE E VERSO EM AMBAS AS FACES. NA PARTE FONTAL DEVERÁ SER SUBLIMADA E NA PARTE DE TRÁS DO COLETE DEVE SER APLICADO A SUBLIMAÇÃO COM OS NUMEROS DO UNIFORME E A LOGOMARCA DO MUNICIPIO, CONFOME ORDEM DE COMPRA EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL O COLETE DEVERÁ SER COSTURADA INTERNAMENTE COM MAQUINA OVERLOQUE PONTO CADEIA DE UMA AGULHA NAS LATERAIS NOS OMBROS E MANGAS. NO MEIO DA PARTE TRASEIRA INTERNA DEVERÁ SER COSTURADA UMA ETIQUETA COM O INDICATIVO DO TAMANHO DA PEÇA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE, CNPJ DO FABRICANTE, SÍMBOLO INDICATIVO DO TIPO DE LAVAGEM A SER EXECUTADA NA PEÇA E O PAÍS ONDE A PELA FOI FABRICADA, A TOLERÂNCIAS DE VARIAÇÃO NA GRAMATURA E DE 2%. O COLETÉ SER EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. TAMANHOS CONFORME ORDEM DE COMPRA. TRANSPARENTE. TAMANHOS CONFORME ORDEM DE COMPRA 100,0000 UNIDADE COLETE ESPORTIVO VAZADO, ELÁSTICO NAS LATERAIS

COLETE ESPORTIVO VAZADO, ELÁSTICO NAS LATERAIS MEDINDO 3 CM, VIES
CONTORNANDO TODA A EXTENSÃO DO COLETE, COLETE PARA TREINO,
CONFECCIONADO EM TECIDO DRY FIT, ACABAMENTO QUE PROPORCIONA RÁPIDA
ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILIBRIO TÉRMICO, VASADO, CORES E TAMANHOS
VARIADOS. LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU, APLICADO EM
SILKSCREEN. TODO MATERIAL TERÁ APLICAÇÃO DE SUBLIMAÇÃO FRENTE E VERSO.
NA PARTE FONTAL DEVERÁ SER SUBLIMADA E NA PARTE DE TRÁS DO COLETE DEVE
SER APLICADO A SUBLIMAÇÃO COM OS NUMEROS DO UNIFORME E A LOGOMARCA DO
MUNICIPIO, CONFOME ORDEM DE COMPRA EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL. O
COLETE DEVERÁ SER COSTURADA INTERNAMENTE COM MAQUINA OVERLOQUE
PONTO CADEJA DE UMA AGULHA NAS LATERAIS NOS OMBROS E MANGAS. NO MEIO DA
PARTE TRASEIRA INTERNA DEVERÁ SER COSTURADA UMA ETIQUETA COM O
INDICATIVO DO TAMANHO DA PEÇA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, RAZÃO SOCIAL DO
FABRICANTE, CNPJ DO FABRICANTE, SÍMBOLO INDICATIVO DO TIPO DE LAVAGEM A
SER EXECUTADA NA PEÇA E O PAÍS ONDE A PELA FOI FABRICADA, A TOLERÂNCIAS DE
VARIAÇÃO NA GRAMATURA E DE 2%. O COLETE SER EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO
TRANSPARENTE. TAMANHOS CONFORME ORDEM DE COMPRA. COLETE ESPORTIVO VAZADO, ELÁSTICO NAS LATERAIS 0004 024069 TRANSPARENTE. TAMANHOS CONFORME ORDEM DE COMPRA. 0005 024070 CONFECÇÃO DE BONÉ EM BRIM (100% ALGODÃO) 100,0000 UNIDADE CONFECÇÃO DE BONÉ EM BRIM (100% ALGODÃO) / MODELO AMERICANO, REGULAGEM NA PARTE POSTERIOR COM FECHAMENTO EM PLÁSTICO, IMPRESSÃO EM SILK-SCREEN NA FRONTAL E NAS LATERAIS, GÊNERO UNISSEX, FAIXA ETÂRIA ADULTO, CONFORME ARTE A SER DEFINIDA PELA CONTRATANTE. TAMANHOS PP, P. M. G E GG. 0006 024071 CONJUNTO ESPORTIVO FUTEBOL PROFISSIONAL - 20 CAMISAS/20 100,0000 UNIDADE CONJUNTO ESPORTIVO FUTEBOL PROFISSIONAL - 20 CAMISAS/21 CONJUNTO ESPORTIVO FUTEBOL PROFISSIONAL, COM 20 CAMISAS NUMERADAS E 20 CALÇÕES NUMERADAS, CONFECCIONADAS EM DRY SENSITIVE ESCURO BORDADO. NÜMERO NAS COSTAS ADESIVADOS BORDADO, GOLA DIFERENCIADA EM Y, CALÇÕES EM DRY SENSITIVE ESCUDO BORDADO E NUMERAÇÃO NA PERNA, COM SUPORTE INTERNO E CADARÇO. ESPECIFICAÇÃO: CAMISA DE FUTEBOL, PARA JOGADOR DE LINHA. CONFECCIONADO EM TECIDO DRY SENSITIVE, ACABAMENTO QUE PROPORCIONA RÁPIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILIBRÍO TÉRMICO. TODO MATERIAL TERÁ APLICAÇÃO DE SUBLIMAÇÃO FRENTE E VERSO. NA PARTE FONTAL DEVERÁ SEN BORDADO CONFOME ORDEM DE COMPRA EMITIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL E NA PARTE DE TRÁS DA BLUSA DEVE SER APLICADO O BORDADO COM OS NUMEROS DO PARTE DE TRÁS DA BLUSA DÈVE SER APLICADO O BORDADO COM OS NUMEROS DO UNIFORME E A LOGOMARCA DO MUNICIPIO. A CAMISA DEVERÁ SER COSTURADA INTERNAMENTE COM MAQUINA OVERLOQUE PONTO CADEIA DE UMA AGULHA NAS LATERAIS NOS OMBROS E MANGAS. NO MEIO DA PARTE TRASEIRA INTERNA DEVERÁ SER COSTURADA UMA ETIQUETA COM O INDICATIVO DO TAMANHO DA PEÇA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE, CIPIDO FABRICANTE, SÍMBOLO INDICATIVO DO TIPO DE LAVAGEM A SER EXECUTADA NA PEÇA E O PAÍS ONDE A PELA FOI FABRICADA, A TOLERÂNCIAS DE VARIAÇÃO NA GRAMATURA E DE 2%. A CAMISA SER EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE. TAMANHOS CONFORME ORDEM DE COMPRA E ESPECIFICAÇÃO: CALÇÃO ESPORTIVO PARA JOGO, CONFECCIONADO EM TECIDO DRY SENSITIVE, ACABAMENTO QUE PRORPICIONA FADIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILÍBRIO TÉMICO, FORRADO E COM CORDÃO INTERNO DEBRUN NAS LATERAIS E CÓS COM ELÁSTICO. LOGO DA PREFEITURA RÁPIDA ABSORÇÃO DO SUOR E EQUILÍBRIO TÉRMICO, FORRADO E COM CORDÃO INTERNO, DEBRUN NAS LATERAIS E CÓS COM ELÁSTICO. LOGO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS DO CURU, COM NUMERAÇÃO APLICADO EM BORDADO NA PARTE FRONTAL DO CALÇÃO. O CALÇÃO DEVERÁ COSTURADO INTERNAMENTE COM MAQUINA OVERLOQUE PONTO CADEIA DE UMA AGULHA NAS LATERAIS NOS OMBROS E MANGAS. NO MEIO DA PARTE TRASEIRA INTERNA DEVERÁ SER COSTURADA UMA ETIQUETA COM O INDICATIVO DO TAMANHO DA PEÇA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO, RAZÃO SOCIAL DO FABRICANTE, CNPJ DO FABRICANTE, SÍMBOLO INDICATIVO DO TIPO DE LAVAGEM A SER EXECUTADA NA PEÇA E O PAÍS ONDE A PEÇA FOI FABRICADA, A TOLERÂNCIAS DE VARIAÇÃO NA GRAMATURA E DE 2%. DEVERA ESTÁ ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO

LOTE IV

UNIDADE

Seq Código Descrição Qtd Unidade 0001 024146 TRAVE PARA FUTEBOL DE CAMPO - PAR 5,0000 UNIDADE TRAVE PARA FUTEBOL DE CAMPO / TRAVE PARA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL,

rpt0¢



Rubrica

20,0000 UNIDADE

rpi06

Pag.:

Ceará Governo Municipal de São Luís do Curu

0002 024063 BOMBA DE ENCHER BOLA.

ANEXO I Licitação Nº PE 0806.01/2022

				4 2
e [Descrição	Qtd	Unidade	Preço total
		CONFECCIONADA COM TUBO DE ACO CARBONO COM '4' GALVANIZADA COM REQUADRO INTEIRICO EM TUBO DE '3' COM DIMENSAO OFICIAL DE 7,32M X 2,44M. MODELO MONOBLOCO E PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PU ANTI FERRUGEM COM BASE DE APOIO A SUPERFICIE, PROVIDA DE GANCHOS PARA FIXACAO DE REDE A ARMACAO PARA SUSTENTACAO E CAIMENTO DA REDE.		
0002	024157	TRAVE PARA FUTEBOL SOCIETY OFICIAL TRAVE PARA FUTEBOL SOCIETY OFICIAL, CONFECCIONADA COM TUBO DE ACO CARBONO COM 3" GALVANIZADA COM REQUADRO INTERICO EM TUBO DE 1", COM DIMENSAO OFICIAL DE 2,2 METROS DE ALTURA / 4 METROS DE LARGURA / 70CM RECUO SUPERIOR / 80CM RECUO INFERIOR / 50 CM PARA FIXAÇÃO. MODELO MONOBLOCO E PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PU ANTI FERRUGEM COM BASE DE APOIO A SUPERFICIE, PROVIDA DE GANCHOS PARA FIXAÇAO DE REDE A ARMACAO PARA SUSTENTACAO E CAIMENTO DA REDE. AS TRAVES COM SISTEMA MACHO E FÉMEA PARA SIMPLES MONTAGEM. COR BRANCA. ACOMPANHA REDE PARA TRAVE EM MATERIAL 100% POLIPROPILENO 4MM.	10,0000 UNIDADE	
0003	024156	TRAVE PARA FUTSAL OFICIAL - (PAR) TRAVE PARA FUTSAL OFICIAL, CONFECCIONADA COM TUBO DE ACO CARBONO COM 3" GALVANIZADA COM REQUADRO INTEIRICO EM TUBO DE 1" COM DIMENSAO OFICIAL DE 2 METROS DE ALTURA / 3 METROS DE LARGURA / 35CM RECUO SUPERIOR / 40CM RECUO INFERIOR. MODELO MONOBLOCO E PINTURA ESPECIAL EM ESMALTE PU ANTI FERRUGEM COM BASE DE APOIO A SUPERFICIE, PROVIDA DE GANCHOS PARA FIXACAO DE REDE A ARMACAO PARA SUSTENTACAO E CAIMENTO DA REDE. AS TRAVES COM SISTEMA MACHO E FÉMEA PARA SIMPLES MONTAGEM. ACOMPANHA REDE EM MATERIAL 100% POLIPROPILENO 4MM.	10,0000 UNIDADE	
0004	024158	ESTRUTURA PARA BASQUETE - (PAR) ESTRUTURA PARA BASQUETE / Estrutura para basquete confeccionada em tubo de aco carbono com 3º formato em L sendo modelo com quatro colunas interligadas em tubo de '2,5' com dimensao oficial e pintura especial em esmalte PU anti ferrugem. Tabela de basquete laminado naval com requadro em aco sendo nas medidas oficials e aro de basquete oficial retratio com sistema de molas e redes modelo ehus com fio de seda 4mm.	10,0000 UNIDADE	
ļ	LOTE V	1	UNIDADE	
Seq	Código	Descrição	Qtd Unidade	
0001	024104	REDE DE FUTEBOL - CAMPO (PAR) REDE DE FUTEBOL/ CAMPO SEDA 4M.M, COM TRATAMENTO UV MEDIDA 7,50X2,50 REFORÇADA	25,0000 UNIDADE	: :
0002	024122	REDE DE FUTEBOL SOCIETY - (PAR) REDE DE FUTEBOL SOCIETY / OFICIAL/ REDE DE FUTEBOL SOCIETY OFICIAL (MODELO TRADICIONAL) PARA TRAVE DE FUTEBOL SOCIETY. CONFECCIONADA EM POLIETILENO / NYLON DE ALTA DENSIDADE, FIO 2,0MM, MALHA 16MMX16MM. MEDIDA PADRÃO: 5,25M X 2,20 X 1,50 M.	8,0000 UNIDADE	· ·
0003	024143	REDE DE FUTSAL - (PAR) REDE DE FUTSAL - (PAR) REDE DE FUTSAL/OFICIAL/(MODELO TRADICIONAL), CONFECCIONADA EM POLIETILENO / NYLON DE ALTA DENSIDADE, FIO 4.0, ENTRE NÓS DE 12 X 12 CM FIO TRANÇADO BRANCO. MEDIDA PADRÃO: 3,00 M LARGURA X 2,10 M ALTURA X 1,20 M PROFUNDIDADE INFERIOR	30,0000 UNIDADE	
0004	. 024144	REDE PARA VOLEIBOL - (PAR) REDE PARA VOLEIBOL / REDE PARA VOLEIBOL TAM. OFICIAL, CONFECCIONADA EM NYLON, REFORCADA NA BORDA COM 4 LONAS DE ALGODAO FIO 2MM E AJUSTE DE TENSAO COM PORTA ANTENA E ACOMPANHADA DE CABO DE ACO.	10,0000 UNIDADE	•
	LOTE VI	1	UNIDADE	
Seq	Código	Descrição	Qtd Unidade	
0001	024056	APITO PROFISSIONAL. APITO PROFISSIONAL /ASSOBIO PLÁSTICO: MEDINDO 2CM DE LARGURA E 5CM DE ALTURA EMBOCADURA ANATÓMICA PARA IMPEDIR QUE O APITO ESCAPE DA BOCA 100% EM ABS, DE ALTO IMPACTO, TIPO CLASSIC.	20,0000 UNIDADE	cį
		COMPA DE FUOLER DOLA		†





Ceará Governo Municipal de São Luís do Curu

ANEXO I Licitação Nº PE 0806.01/2022

Pag.:

Lote	; <u> </u>	Descrição		Qtd	Unidade	Preço total
6	L	OTE VI		1	UNIDADE	
	Seq	Código	Descrição		Qtd Unidade	
			BOMBA DE ENCHER BOLA/ PLÁSTICO RESISTENTE. CABO DE PLÁSTICO REFOR TIPO T. ACOMPANHA BICO PARA BOLA. TECNOLOGIA DOUBLE ACTION, INFLA NOS SENTIDOS.	ÇADO S DOIS		
	0003	024064	CALIBRADOR CANETA DE BOLAS CALIBRADOR CANETA DE BOLAS/ COM GANCHO PARA PRENDER NA CAMISA, LEIT EM QUILOGRAMAS E LIBRAS.	URAS	10,0000 UNIDADE	
*** _*	0004	024153	CONE PVC COM 2 FAIXAS/ CONE PVC COM 2 FAIXAS CONE PVC COM 2 FAIXAS/ CONE PVC COM 2 FAIXAS. MEDIDAS APROXIMADAS: 500 ALTURA.	CM DE	50,0000 UNIDADE	
	0005	024154	CONES DE TREINAMENTO CONES DE TREINAMENTO/ CONES DE TREINAMENTO. PODEM SER UTILIZADO DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS. MEDIDAS APROXIMADAS: 24CM DE ALTUR		50,0000 UNIDADE	: :
	0006	024072	CRONÓMETRO DIGITAL CRONÓMETRO DIGITAL/ CRONÓMETRO DIGITAL HORA/DATA ALARME/DESPERTA 1/100 SEGUNDOS.	ADOR-	10,0000 UNIDADE	
	0007	024162	KIT C/ 2 BANDEIRAS PARA AUXILIAR DE ARBITRO KIT C/ 2 BANDEIRAS PARA AUXILIAR DE ARBITRO - BANDEIRA DE JUIZ DE LINI FUTEBOL. TAMANHO 40X40 CM. ESTAMPADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER. COM F ALTA RESISTÊNCIA E MALHA BLOQUEADA INDESMALHÁVEL. COSTURAS REFORÇ MANOPLA EM EVA COM 12 CENTÍMETROS. CORES OFICIAIS TAMANHO: 40X40.	-10 DE	50,0000 UNIDADE	
	0008	024160	KIT DE CARTÕES - ARBITRAGEM KIT DE CARTÕES - DESENVOLVIDO EM PVC, KIT DE CARTÕES COM TRÊS UNIDAD CORES DISTINTAS - AMARELO, VERMELHO E AZUL. OFERECER ANOTAÇÕES A QUE PODEM SER APAGADAS, FACILITANDO SUA REUTILIZAÇÃO.		30,0000 UNIDADE	

LOTE VII	1 UNIDADE
----------	-----------

Seq	Código	Descrição	Qtd	Unidade	7
0001	024074	MEDALHA 6CM MEDALHA 6CM /REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, NA PARTE SUPERIOR ATÉ A METADE DO CENTRO VAZADO ENVOLTO COM UM RAMO, METALIZADA NA COR DOURADO, COM O TAMANHO DE 60MM DE DIÂMETRO E CENTRO DE 35MM DE DIÂMETRO COM GRAVAÇÃO DE "HONRA AO MÉRITO", QUE TAMBÉM PERMITE A COLOCAÇÃO DE ADESIVO DE 25MM. POSSUI ESPESSURA MÁXIMA DE 1,7MM. PESO APROXIMADO DE 15 GRAMAS. SUPORTE PARA FITA DE 27MM DE LARGURA. AMARELA, PODE VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, AMARELA, BRANCA OU VERDE COM 2,5 CM DE LARGURA OU FITA DE GORGORÃO NAS CORES AZUL, AZUL-BRANCO-VERMELHA OU VERDE-AMARELA COM 2,5 CM DE LARGURA.	1.000,0000	UNIDADE	
0002	024159	MEDALHA EM ACRILICO 50MM COM FITA MEDALHA EM ACRILICO 50MM COM FITA. Sendo personalizado arte a combinar.	800,0000	UNIDADE	
0003	024102	PLACA HOMENAGEM - ACRILICO PLACA HOMENAGEM / PLACA DE HOMENAGEM EM ACRILICO TAM.20X15CM, 4MM DE ESPESSURA, ADESIVO EM VINIL COM IMPRESSAO DIGITAL EM ALTA RESOLUCAO A BASE EM ACRILICO. SENDO PERSONALIZADO ARTE A COMBINAR.	250,0000	UNIDADE	1
0004	024100	PLACA HOMENAGEM - LATAO COM BASE EM MADEIRA PLACA HOMENAGEM / PLACA DE HOMENAGEM DE LATAO COM BASE EM MADEIRA, TAM. 20X15CM. SENDO PERSONALIZADO ARTE A COMBINAR.	200,0000	UNIDADE	







Pag.:

Ceará Governo Municipal de São Luís do Curu

LOTE IX

ANEXO I Licitação Nº PE 0806.01/2022

Lote		escrição)		Qtd	Unidade	Preço total
8	L	OTE VIII		1	UNIDADE	:
	Seq	Código	Descrição		Qtd Unidade	
	0001	024161	RELOGIO P/ XADREZ RELÓGIO P/XADREZ - MOVIDO A 1 PILHA, COR PRETO, ALTA RES DURABILIDADE, PINOS DE METAL, TIPO DE VISOR ANALÓGICO.	SISTÊNCIA E	20,0000 UNIDADE	
:	0002	024145	TABULEIRO DE XADREZ TABULEIRO DE XADREZ / TABULEIRO DE XADREZ- TABULEIRO MAGI SUPERFÍCIE METÁLICA, DOBRÁVEL COM 32 PEÇAS PLÁSTICAS COM IMÁ, TABULEIRO: 19CM X 19CM X 3CM.		20,0000 UNIDADE	: (

1 UNIDADE

Seq	Código	Descrição	Qtd	Unidade
0001	024155	TATAME - EVA COPOLÍMERO ETILENO DE VINIL TATAME - EVA COPOLÍMERO ETILENO DE VINIL/ TATAME - EVA COPOLÍMERO ETILENO DE VINIL, COM SISTEMA DE ENCAIXE, ESPESSURA 30 MM, MEDIDAS 1M X 1M	30,0000	UNIDADE

Q)



ANEXO II MODELO DE CARTA PROPOSTA

OBSERVAÇÃO 1: ESTÁ CARTA A PROPOSTA DEVERÁ SER ANEXADO JUNTO AO SISTEMA DA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS – BBM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

OBSERVAÇÃO 2: POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE.

PREGÃO I	ELETRÔNICO Nº	ı
Razão Soci	al:	
CNPJ:		
Endereço:	CEP:	
Fone:	Fax:	
Banco:	Agência N.º:_	_Conta Corrente n.º:

OBJETO: SELEÇÃO DE MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE.

ITEM	DESCRISÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VR. UNITÁRIO R\$	VR. TOTAL R\$
VALOI	R TOTAL DO LOTE: RS	S:().				,

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ ()

Prazo de entrega máximo: 10 (dez) dias Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as cespesas incidentes sobre o COMPRA referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>

W





ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

- a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos:
- b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;
- c) que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2°, da Lei n.º 8.666/93.

(CE),	de	 20	
DECLARANTE				,

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.







ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PROCESSO Nº – PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Aos XX dias do mês de XXXX de 2022, o MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE,
inscrito no CNPJ Nº 07.623.051/0001-19, com sede à Rua Rochael Moreira, S/n, Centro, São
Luis do Curu/Ce, através da Secretaria Municipal de, sendo facultado seu uso pelos
órgãos da administração direta e indireta, nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto
Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Federal nº. 10.024/2019, de 20 de setembro
de 2019. Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018 e Lei Complementar 123/2006 e alterações,
e suas alterações, bem como pelas normas e condições estabelecidas, em face de classificação
das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº para a inclusão no Sistema de
Registro de Preços, e HOMOLOGADO pela Secretaria, RESOLVE: registrar os preços para
FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA
ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU – CE, por um período
de 12 meses, tendo sido, o referido Menor Preço POR LOTE, oferecido pela(s) empresa(s),
cujas propostas para os LOTES nº foi classificada em 1º lugar o licitante vencedor
, representada pelo Senhor Sr, inscrito no CPF nº,
que entre si, justo e avançado a presente ata, devidamente precedida da licitação, realizada na
modalidade PREGÃO, conforme o Processo nº pelas cláusulas e condições a saber:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E
PRINTED TO THE TOTAL A STATE OF A LANGUAGE AND A STATE OF A STATE

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA ESPORTE E CULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO CURU — CE, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital, constantes no Termo de Referência e nesta Minuta da Ata de Registro de Preço, por um período de 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o competente registro do(s) licitante(s) vencedor (es) e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços.
- b) Receber o FORNECIMENTO e encaminhar ao setor competente a correspondente Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada, para fins de liquidação.
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e o prazo estabelecido na Ata de Registro de Preço.
- d) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar o FORNECIMENTO dentro das normas da Ata de Registro de Preço.
- e) Responsabilizar-se pela comunicação em tempo hábil do FORNECIMENTO a ser executado.
- f) Assegurar-se do bom FORNECIMENTO, verificando sempre o atendimento ao FORNECIMENTO.
- g) Acompanhar e fiscalizar a FORNECIMENTO, por meio de seu servidor especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, exigindo seu fiel e total cumprimento.
- h) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para o MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU -CE.
- i) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos medicamentos fornecidos.





- j) Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependêncas repara FORNECIMENTO referentes ao objeto, quando necessário.
- k) Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitados pelos empregados da CONTRATADA.
- 1) Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do FORNECIMENTO dos ITENS, fixando prazo para sua correção.

Subcláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) assinar esta a Ata e retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da convocação.
- **b)** indicar, no mínimo, um funcionário para acompanhar a execução do FORNECIMENTO, devendo constar nome completo, função, nº do Documento de Identidade e nº do CPF.
- c) realizar o objeto desta licitação, de acordo com o Edital, Termo de Referência e a proposta apresentada.
- d) O FORNECIMENTO dar-se-á após informação do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU para a CONTRATADA do quantitativo mediante ordem de FORNECIMENTO devidamente assinada pelo Secretário Responsável.
- e) a empresa assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas à pessoal.
- f) permitir a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU encarregada de acompanhar o FORNECIMENTO, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- g) prestar todos os esclarecimentos, solicitados pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU de forma clara, concisa e lógica, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.
- h) não transferir a terceiros, por qualquer forma, esta Ata de Registro de Preço, nem subcontratar qualquer parte do FORNECIMENTO a que está obrigada.
- i) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no Pregão.
- j) comunicar ao MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência, e apresentar documentos referentes à ocorrência dentro do prazo de 10 (dez) dias, para apreciação.
- I) fornecer o objeto conforme especificações e preços registrados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

Subcláusula Primeira - O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, conferência da Nota Fiscal e o devido atesto, em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária, e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 2 (duas) vias, correspondente à parte executada, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

Subcláusula Segunda - A Nota Fiscal deverá indicar o número da Nota de Empenho correspondente, os números da Conta Corrente, Agência e Banco, para a emissão da respectiva Ordem Bancária de Pagamento.

Subcláusula Terceira - Antes de efetuar todo e qualquer pagamento será verificada a regularidade da contratada, mediante consulta "on line", cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

Subcláusula Quarta – Antes de efetuar qualquer pagamento será verificada a situação do licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, cadastro este Criado pela Controladoria Geral da União, nos termos do Aviso-Circular nº 1/GM/CGU-PR, de 19 de janeiro de 2009, assinado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Controle e da Transparência.

Subcláusula Sexta - O pagamento poderá ser sustado pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE, Secretaria requisitante, caso ocorra inadimplemento das obrigações da



SFM. 118 S

CONTRATADA e/ou erros ou vícios na fatura, o que implicará na de olução do valor eventualmente pago.

Subcláusula Sétima - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência da ata de registro de preços.

CLAUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Publica que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador **SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA**, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira- Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Subcláusula Segunda- Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Subcláusula Terceira- Os órgãos usuários não serão obrigados a contratar o FORNECIMENTO registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para o FORNECIMENTO pretendido, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de FORNECIMENTO em igualdade de condições.

Subcláusula Quarta - O MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE através da Secretaria indicada será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido.

Subcláusula Quinta - Será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, a emissão dos Pedidos de **FORNECIMENTO**, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores. Os pedidos serão formalizados por intermédio de empenho, quando a **FORNECIMENTO** for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por empenho e Ata de Registro de Preço (se houver) de **FORNECIMENTO** nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas de obrigações futuras.

Subcláusula Sexta: As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes (Conforme art. 1º § 3º do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018).

Subcláusula Sétima: O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Conforme art. 1º § 4º do Decreto nº 9.488, a'e 30 de agosto de 2018).

CLÁUSULA QUINTA -OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- **5.1.** tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta;
- **5.2.** consultar previamente a administração da **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CUR**U **CE**, objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;







- 5.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local de mando a MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE eventuais desvantagens verificadas;
- **5.4.** encaminhar a administração da **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE** cópia da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, bem como as informações sobre a contratação efetivamente realizada; e
- **5.5.** acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente Ata, informando a administração do **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE** qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. A Ata de Registro de Preços vigorará a partir da data de sua assinatura por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 7.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá a **SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA**, competindo-lhe:
- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações dos BENS registrado;
- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços dos BNES, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos BENS registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata que nas aquisições sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- f) consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em prestar o FORNECIMENTO a outro órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- g) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas.

Subcláusula Primeira — As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como ser utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS REGISTRADOS;

- 8.1. Os preços registrados, a especificação dos ITENS, o quantitativo, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes do Modelo de Proposta e Anexo I desta ata de registro de preços:
- 8.2. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- § 1º O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos ITENS registrados, cabendo ao órgão gerenciador SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- § 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA deverá:
- l convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;





SFIS. 180 S

- II frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- III convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociaça de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociaça de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação de la convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação de la convocar os dela convocar os de la convoca
- § 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA poderá:
- I liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de FORNECIMENTO; e
 - II convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- § 4º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLAUSULA NONA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

9.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para FUTURO FORNECIMENTO, terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Subcláusula Única - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE não será obrigada a contratar o FORNECIMENTO disposto na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à contratante, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de FORNECIMENTO em igualdade de condições. O MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE poderá ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à contratada, neste caso, o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO:

10.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido.

Subcláusula Primeira - Será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuarios do registro, a emissão dos Pedidos de FORNECIMENTO, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores. Os pedidos serão formalizados por intermédio de empenho, quando a FORNECIMENTO for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por empenho e Ata de Registro de Preço (se houver) de FORNECIMENTO nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas de obrigações futuras.

Subcláusula Segunda - A Administração não emitirá qualquer Pedido de FORNECIMENTO sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

Subcláusula Terceira - O extrato do contrato, quando realizado, será, em qualquer hipótese, publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da FORNECIMENTO ao licitante ou, quando for o caso, da assinatura da Ata de Registro ce Preço de FORNECIMENTO.

Subcláusula Quarta - O Pedido de FORNECIMENTO será formalizado por intermédio de:

- a) Nota de empenho e autorização de FORNECIMENTO se o FORNECIMENTO for de uma só vez; ou Ata de Registro de Preço (se houver), no caso de existirem obrigações futuras;
- b) Fornecedor/prestador de serviços ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a FORNECIMENTO esteja prevista para data posterior à do seu vencimento;





c) Somente quando o licitante registrado em primeiro lugar não se dispus**cutarios** alizar o FORNECIMENTO adicional a órgão ou entidades que não tenham participado do certame licitatório, será indicado o segundo classificado, e assim sucessivamente.

Subcláusula sexta - O FORNECIMENTO do objeto desta Ata de RP não poderá ultrapassar o limite máximo previsto no Termo de Referência, no período de 12 meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E DO RECEBIMENTO:

Os ITENS serão:

- a) Recebidas provisoriamente, por intermédio de um responsável a ser designado pela Secretaria requisitante para posterior comprovação da conformidade e quantidade do objeto com as especificações constantes na Ordem de FORNECIMENTO;
- b) Recebidas definitivamente, após comprovação da compatibilidade dos ITENS com as especificações e consequente aceitação, impreterivelmente no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de FORNECIMENTO;
- c) Rejeitadas, quando em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência do Edital convocatório.

Subclúsula Primeira - Ainda que os ITENS sejam recebidas em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança dos mesmos.

Subcláusula Segunda - Os ITENS deverão ser prestados com validade mínima de 60 (sessenta) dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

Subcláusula Primeira: Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata de Registro de Preços. a Administração garantirá o contraditório a ampla defesa antes de aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
- c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de inexecução total ou parcial do FORNECIMENTO, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir a MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "d". Referida penalidade é de competência do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE.
- f) As penalidades previstas nas alíneas "d" e "e" poderão ser aplicadas ao fornecedor que tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, tenha praticado ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- g) Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou municípios e, será excluída do Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o





inciso XIV do artigo 4° da Lei 10.520/2000, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, grandes direito prévio da citação e da ampla defesa e do contraditório, quem:

- 1- convocado no prazo de validade da sua proposta não assinar a ata de RP, no prazo previsto neste edital.
- 2- Ensejar o retardamento da execução do objeto desta Ata de Registro de preços;
- 3- Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 4- Comportar-se de modo inidôneo;
- 5- Deixar de FORNECIMENTO ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- **6-** Cometer fraude fiscal;
- 7- Falhar ou fraudar na execução deste Pregão.
- h) Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior:
- 1- Pelo FORNECIMENTO desconforme com o especificado e aceito.
- 2- Pela não execução no prazo estipulado do FORNECIMENTO rejeitado pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE.
- 3- Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.

Subcláusula Segunda - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita no que couber. às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Terceira - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE, em relação a um dos eventos arrolados na alínea "g", a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas na alínea "g" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, elencadas nas alíneas "b" e "c" da subcláusula primeira, descontando dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS:

13.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os preços registrados serão fixos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR NA ATA DE PREÇOS:

- 14.1. A **CONTRATADA** terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

 A pedido:
- a) Comprovar está o fornecedor impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) Seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material;
- c) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no Art. 78, incisos XIV, XV e XVI da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Primeira — Ocorrendo o cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da Ata.

Subcláusula Segunda – A solicitação do fornecedor para o cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE, facultando-se a esta, aplicação das penalidades previstas na Ata.

Subcláusula Terceira – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao Registro.

- 14.2. Por iniciativa do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE:
- a) A CONTRATADA não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;





- b) A CONTRATADA perder qualquer condição de habilitação exigida no Pregão para Registro de Preços:
- c) Por razões de interesse público devidamente motivado e justificado;
- d) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos Incisos de I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS:

- 15.1. Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:
- I Por iniciativa da Administração:
- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/93:
- b) Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado.

Subcláusula Primeira - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nos subitem anteriores será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Segunda - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

Subcláusula Terceira - A solicitação da contratada para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO:

16.1. O FORNECIMENTO decorrente do presente instrumento será acompanhado e fiscalizado por um representante especialmente designado para esse fim a ser oportunamente indicado pela **Secretaria Contratante**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do FORNECIMENTO e de tudo dará ciência ao **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE**, como também fiscalizar o FORNECIMENTO, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer FORNECIMENTO que esteja em desacordo com o presente Pregão, de acordo com o estabelecido no art. 67 e parágrafos, da Lei 8.666/93 e demais alterações.

Subcláusula Primeira - A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destas, não implica em co-responsabilidade do **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU** - **CE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº 8.666/93).

Subcláusula Segunda — O FORNECIMENTO dar-se-á de acordo com a necessicade do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE e será faturado em conformidade com a Ordem de SERVIÇOS.

Subcláusula Terceira - A execução do FORNECIMENTO deverá obedecer rigorosamente às técnicas apropriadas, utilizando-se sempre, para esse efeito, de pessoal qualificado integrante do quadro da **CONTRATADA**.

Subcláusula Quarta - O prazo máximo para atendimento aos chamados será de 72 (setenta e duas) horas, após o recebimento da Ordem de FORNECIMENTO.

Subcláusula Quinta – A Ordem de FORNECIMENTO deverá ser entregue à CONTRATADA, V no local estipulado na Proposta de Preços, durante horário comercial.



CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. O Sistema de Registro de Preços independe de previsão orçamentária. Isso porque não há obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência de recurso. Com base no art. 7°, § 2° do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, preceitua: "Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil".

Subcláusula Única - As despesas do exercício subsequente correrão à conta da dotação consignada para esta atividade, ficando adstritas ao respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO:

Subcláusula Primeira - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preços, por parte do fornecedor, assegurará ao **MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU** - **CE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

Subcláusula Segunda - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93, constituem motivos para a rescisão da contratação:

- a) atraso injustificado no FORNECIMENTO, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE;
- b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU CE.

Subcláusula Terceira - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

Subcláusula Quarta – O MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO:

20.1. O MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE providenciará a publicação resumida desta Ata trimestralmente, nos termos do art. 15, § 2ª da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS:

21.1. Fica estabelecido que caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Edital, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Pregão, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO:

22.1. As questões decorrentes da utilização desta Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU - CE, Seção Judiciária do Estado do Estado de Ceará.

E, por estarem de acordo, lavrou-se este termo, em 02 (dois) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, abaixo assinadas e arquivado nesta Fundação, conforme dispõe o artigo 60, da Lei nº 8.666/93.

S





ÃO LUIS DO CURU – CE, de d I GNATÁRIOS: RGÃO GESTOR – SECRETARIA DE	e
GERENCIADOR	
Ordenador de Despesa Secretaria de do Registro de Preços ORGÃO GESTOR – SECRETARIA DE	Responsável
	:
DETENTOR DE REGISTRO DE PREÇOS:	Responsável
CNPJ:	CPF N°.





	Rul	wica /
ATA DE I	REGISTRO DE PREÇOS №	
RELAÇÃO DAS UNI	IDADES ORÇAMENTÁRIAS INTERESSADAS	
01. SECRETARIA DE SECRETÁRIO:		





ANEXO I ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS ESPECIFICAÇÃO, OUANTITATIVOS, MARCAS E FORNECEDOR

ESPECIFICAÇÃO	, QUANTITATIVOS, MARCAS E FOI	KNECEDOR,
DATA://2022.		
Este documento é parte integran MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO por LOTE, em face à realização d	nte da Ata de Registro de Preços nº O CURU e as Empresas cujos preços estã o Pregão Eletrônico Nº	, celebrada entre o o a seguir registrados
LOTE: ESPECIFICAÇÃO: FORNECEDOR:		•





ANEXO V - MINUTA DE CO	NTRATO Rubrica
PROCESSO ADM N°.	
PREGÃO ELETRÔNICO	·
Nº. CONTRATO N°.	
CONTRATON.	
CELEBRAM O CURU, POR II DE I	CONTRATO QUE ENTRE SI MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO NTERMÉDIO DA SECRETARIA E A EMPRESA
CONFORME SI	EGUE ABAIXU:
Aos dias do mês de do ano de 20, nesta cilado o MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU, por). C.N.P.J. N.º 07.623.051/0001-19, neste ato regenhor, Ordenador de Despesas da Secretár simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a emp na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, Administrativo, Sr, CPF, dor pelos mesmos foi dito na presença das testemunhas ac PREGÃO ELETRONICO N.º/2022, do PROC instrumento avençam um contrato, sujeitando-se às norma Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Federa Decreto Federal 3.555/2000, Decreto nº 9.488, de 30 de 123/2006 e alterações Lei Federal Nº 8.078/90 (Código de Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), e às seguintes cláus outorgam e aceitam:	presentado pelo Secretário de, ria de, doravante designado resa, com sede neste ato representada por sel Sócio avante designada CONTRATADA, e o final consignadas, que em face do CESSO Nº/2022, pelo presente s da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto al nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do agosto de 2018 e Lei Complementar e Defesa do Consumidor) e do Código
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:	
1.1. Constitui objeto do presente contrato as >>><<, c Termo de Referência, que integrou o Edital de PREGÃO proposta da CONTRATADA e demais documentos consta	ELETRONICO n.º Anexo I,
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, CONDIÇÕE BENS	S E LOCAL DE ENTREGA DOS
2.0 O objeto desta licitação deverá ser entregue em até emissão da ordem de compra, em atendimento às necessida condições estabelecidas no Anexo I — Termo de RELETRONICO N.º	ades do órgão contratante, conforme as
PARÁGRAFO PRIMEIRO 2.1. A entrega do objeto deste contrato dever ser feita, correndo por conta da CONTRATADA as transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciáricontratual.	s despesas de embalagem, seguros,
DADÁCDAFO SECUNDO	$_{arphi}$





2.2. Os bens deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando-se na embalagem marca, destino, quando for o caso, e as demais características que os identifique. Deverão acompanhá-los 02 (duas) vias da fatura comercial com as suas especificações detalhadas ou documento equivalente, necessário à conferência dos bens.

PARÁGRAFO TERCEIRO

2.3. Os itens deverão ser entregues pela CONTRATADA e estarem em plena condição de consumo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data do recebimento da ordem de compra de que trata a Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

3.0. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente em até 05 (cinco) dias, contados da data da entrega dos itens, no local e endereço indicado pela SECRETARIA DE . Nos moldes do termo de Referência – Anexo I do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

3.1. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome. o cargo, a assinatura e o número do CPF, emitido pela SECRETARIA DE _______, do servidor do CONTRATANTE responsável pelo recebimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

- 3.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o CONTRATANTE poderá:
- 1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 2. Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito. mantido o preço inicialmente contratado.
- 3. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 4. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

3.3. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.0. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo, na forma prevista no parágrafo terceiro da cláusula terceira.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

4.1. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá **30 (trinta) dias** após a data de sua apresentação válida.



de

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES



, contados da data da assinatura deste

PARÁGRAFO SEGUNDO

5.1. O contrato terá vigência até

4.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco indicado na Nosta Fiscal, juntamente com os dados bancários.

de

termo de contrato. Podendo ser aditivado, conforme art. 57 da Lei 8.666/93, dentro do ano orçamentário.
PARÁGRAFO PRIMEIRO: DAS ALTERAÇÕES 5.2. Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do OBJETO. 5.3. A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira prevista neste Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.
CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO, REAJUSTE E DOS RECURSOS
6.0. O valor do presente contrato é de R\$ (
PARÁGRAFO ÚNICO – DO REAJUSTE 6.1. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste, pelo período de 12 (doze) meses da

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

ser reajustados com base no índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses os preços contratuais boderão

- 7.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste contrato, do Edital de Licitação e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe à CONTRATADA:
- a. Designar, por escrito, o funcionário responsável para resolução de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, dos bens adquiridos;
- **b.** Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.
- c. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato, tais como transportes, frete, carga e descarga etc.
- d. Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do contrato;
- e. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- f. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
- **g.** Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;







- h. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- i. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;
- j. Aceitar acréscimos e supressões que se fizerem necessário para plena execução do objeto, conforme art. 65 da Lei 8.666/93.
- k. Bem como as obrigações previstas no Termo de Referência Anexo I do edital.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 8.1. Sem prejuízo do integral do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste contrato, cabe ao CONTRATANTE:
- a. Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- **b.** Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações;
- c. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
- d. Bem como as obrigações previstas no Termo de Referência Anexo I do edital.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

9.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

CLAUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da entrega dos itens licitados e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 10.2.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.3. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do fornecimento e do contrato.
- 10.4. A verificação da adequação da execução do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos anexos do edital.
- 10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do fornecimento, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução do fornecimento deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos







mesmos, de acordo com o estabelecido no edital e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, conforme o caso.

- 10.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.8. Para tanto, conforme previsto neste Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 10.9. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.
- 10.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, bem como a falta de recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.11. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à execução do fornecimento alocada.
- 10.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e. na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.13. Os documetos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações, trabalhistas, previdenciárias e para com o FTGS poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

11. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

11.1. Os procedimentos para aplicação da penalidade de que trata o "caput" desta cláusula, serão conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

11.2. Sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o "caput" desta cláusula, poderão ser aplicadas as multas conforme legislação vigente.

PARÁGRAFO TERCEIRO





11.3. Os procedimentos para aplicação das multas de que trata o parágrafo segundo desta cláusula, serão conduzidos no âmbito da Unidade Contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente da mesma Unidade, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO

11.4. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

PARÁGRAFO QUINTO

11.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar do valor das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS **DIREITOS DO CONTRATANTE**

12. Este contrato poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consecüências previstas nos artigos 77 a 80, e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO

12.1. A Contratada reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. Fica ajustado, ainda, que:
- 1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:
- a) o Edital PREGÃO ELETRONICO Nº e anexos:
- b) a proposta apresentada pela CONTRATADA;
- c) Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 13.2. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições do Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, nas demais normas deste Edital e seus anexos, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as normas da Lei Federal Nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018 e Lei Complementar 123/2006 e alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
- 31.3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do MUNICÍPIO DE SÃO LUIS DO CURU. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

CONTRATANTE	CONTRATADA	
STEMUNHAS:		;
		:
F:		
		•
PF:		1





	ANEXO AO	TERMO DE C	ONTRA	OTA		
EMPRESA: VALOR GL).				
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VR. UNIT.	VR. TOTAL





ANEXO VI TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

(LICITANTE)

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)			
Nome:(Razão Social)			
Nome Resumido			
Endereço:			
Complemento:	Bairro:		
Cidade:	UF.:		
CEP.:	CNPJ/CPF:		
Inscrição Estadual:	RG:		
Telefone comercial	Fax:		
Celular:	E-mail:		
Representante legal:			
Cargo:	Telefone:		
Ramo de Atividade:			

Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Brasileira de Mercadorias, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

São responsabilidades do Licitante:

- I. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I: e
- V. pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
- O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- O Licitante autoriza a Bolsa Brasileira de Mercadorias a expedir boleto de eserviçonça bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
- O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Brasileira de Mercadorias, podendo a sociedade corretora, para tanto:
- I. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. apresentar lance de preço:
- III. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pela Pregoeiro(a);
- IV. solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. interpor recursos contra atos da Pregoeiro(a);

P





VI. apresentar e retirar documentos; VII. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;

VIII. assinar documentos relativos às propostas;

IX. emitir e firmar o fechamento da operação; e

X. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:		
Endereço:		<u> </u>
CNPJ:		
qualquer tem responsabilida	rmo de Adesão é válido até/_/, podendo ser rescindido ou po, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prodes assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de n	rejuízo das
andamento.		•
Local e data:		
7,500		:
		1
	(assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)	: